

Audiência



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

RELATÓRIO DE COMUNICAÇÃO DE ENGAJAMENTO - COE

SUMÁRIO

I	Mensagem da Presidência à Organização das Nações Unidas.....	3
II	A Justiça Federal da 3. ^a Região.....	6
III	Princípios do Pacto Global.....	7
IV	Ações desenvolvidas	9
V	Conclusão	49

SIGLAS

AGU	Advocacia Geral da União
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ACNUR	Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ASBRAD	Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude
AACD	Associação de Assistência à Criança Deficiente
ARPEN	Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo CEF Caixa Econômica Federal
CASP	Caritas Arquidiocesana de São Paulo
CCA	Centro de Convivência da Criança e do Adolescente CIC Centro de Integração da Cidadania
CEJURE	Centro de Justiça Restaurativa
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CPC	Código de Processo Civil
CGSA-3R	Comissão de Gestão Socioambiental da 3ª Região
COE	Comunicação de Engajamento
CJF	Conselho da Justiça Federal
DPU	Defensoria Pública da União
ESMAPE TJPE	Escola Judicial do Pernambuco
FUNTRAB	Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul
FUNSAT	Fundação Social do Trabalho de Campo Grande
FEHIDRO	Fundo Estadual de Recursos Hídricos
GEMTI	Grupo de Estudos Migratórios e apoio a Trabalhadores Imigrantes
IIRGD	Instituto de Identificação Ricardo Gumbert Daunt
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social

ITTC Instituto Terra, Trabalho e Cidadania JEF
Juizado Especial Federal
JEVA Juizado Especial Federal Adjunto

SIGLAS

JF3R	Justiça Federal da 3. ^a Região
JFMS	Justiça Federal de Mato Grosso do Sul
JFSP	Justiça Federal de São Paulo
iJusLab	Laboratório de Inovação da Justiça Federal em São Paulo
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
ODS	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
OIM	Organização Internacional para as Migrações
PcD	Pessoa com Deficiência
PGRS	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
PLS	Plano de Logística Sustentável
PJE	Processo Judicial Eletrônico
PURA	Programa de Uso Racional da Água
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEFRAS	Serviço Franciscano de Solidariedade
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SJMS	Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul
SISMIGRA	Sistema de Registro Nacional Migratório
SUS	Sistema Único de Saúde
TRT2	Tribunal Regional do Trabalho da 2. ^a Região
TRE	Tribunal Regional Eleitoral

TRF3	Tribunal Regional Federal da 3. ^a Região
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
Unifesp	Universidade Federal de São Paulo

I - MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA À ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

É com satisfação que a Presidência do Tribunal Regional Federal da 3.^a Região apresenta a 3.^a edição da Comunicação de Engajamento (*Communication on Engagement* – COE), reafirmando o compromisso da Instituição com os princípios do Pacto Global e com a implementação de ações alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Este comunicado reúne temas de igual relevância e que se conectam entre si: proteção de rios e oceanos, preservação do clima e das áreas verdes, gestão adequada de resíduos, uso racional de bens de consumo, atualização tecnológica e uso responsável de recursos naturais. No âmbito social, destaca-se a redução das desigualdades, a ampliação da acessibilidade — digital, tecnológica, física, comunicacional, por meio da linguagem simples —, a inclusão da pessoa com deficiência, o enfrentamento à violência contra grupos vulneráveis, mulheres e crianças, e a atenção às pessoas em situação de hipossuficiência.

A Justiça Federal da 3.^a Região atua com foco na prestação jurisdicional eficiente e tempestiva nos Estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo. São realidades distintas, marcadas por características sociais e culturais próprias, influenciadas por biomas diversos. Por isso, magistrados, servidores, estagiários e colaboradores terceirizados têm atuado de forma integrada, considerando essas especificidades no tratamento dos temas relacionados aos ODS e à governança institucional.

A crise climática tem sido pauta permanente no Tribunal e nos fóruns federais. Destacam-se a elaboração do inventário de emissão de gases de efeito estufa e o plano de descarbonização do Judiciário, com

coleta de dados sobre emissões de CO₂ nas unidades da 3.^a Região.

Ressalta-se também a iniciativa de dezembro de 2025, que destinou recursos provenientes de prestação pecuniária à Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, à Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística de São Paulo e à Fundação Florestal. Esses valores serão aplicados em projetos de reflorestamento em áreas sob gestão dessas instituições, com prestação de contas ao Tribunal. A medida integra as ações previstas no plano de descarbonização.

Em paralelo, outras ações reforçam o compromisso com os ODS: realização de juizados itinerantes em regiões remotas ou de difícil acesso, para suporte de comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas e demais hipervulneráveis; instalação de postos de atendimento a pessoas com deficiência auditiva nos fóruns e no Tribunal, em São Paulo; e os atendimentos promovidos pelo PopRuaJud, em parceria com outros órgãos públicos.

Reafirmo os valores que orientam a estratégia e a governança deste Tribunal: ética, respeito à cidadania e à dignidade humana, sustentabilidade, transparência, qualidade, inovação, cooperação e segurança. Reafirmo também que a atuação integrada do Tribunal e das Seções Judiciárias de Mato Grosso do Sul e São Paulo busca garantir uma prestação jurisdicional eficaz e capaz de gerar valor à sociedade. Este comunicado, redigido em linguagem simples, visa oferecer informações acessíveis e claras aos jurisdicionados e à sociedade sobre as ações realizadas.

Por fim, agradeço a todos que contribuem para o aprimoramento contínuo da atuação do Poder Judiciário, sem os quais este desafio não pode ser vencido.

Desembargador Federal Carlos Muta

Presidente do Tribunal Regional Federal da 3.^a Região

II – A JUSTIÇA FEDERAL DA 3.ª REGIÃO

A Justiça Federal da 3.ª Região é constituída pelo Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, pela Seção Judiciária de São Paulo e pela Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul.

O Tribunal é composto por:

- 1 Desembargador Federal Presidente do TRF
- 1 Desembargador Federal Vice-Presidente do TRF
- 1 Desembargador Federal Corregedor-Regional
- 52 Desembargadores Federais compõem o Plenário
- 18 Desembargadores Federais integram o Órgão Especial
- 52 cargos de Desembargadores Federais compõem as 4 Seções Especializadas e as 11 Turmas especializadas

As Seções Judiciárias, por sua vez, estão organizadas da seguinte forma:

SJSP



Atualmente com 44 subseções judiciárias, com 124 Varas Federais, 17 Varas Federais com JEF Adjunto (JEVA), 54 Juizados Especiais Federais Autônomos, 15 Turmas Recursais e 5 Núcleos de Justiça 4.0.

SJMS

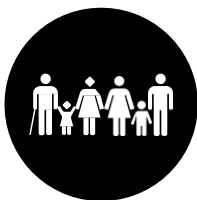


Tem 7 subseções judiciárias, com 9 Varas Federais, 4 Varas Federais com JEF Adjunto (JEVA), 3 Juizados Especiais Federais Autônomos, 2 Turmas Recursais e 2 Núcleos de Justiça 4.0.

III - PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL

O Tribunal Regional Federal da 3.^a Região aderiu ao Pacto Global em 13 de novembro de 2019.

O Pacto Global é uma iniciativa da Organização das Nações Unidas - ONU, que incentiva empresas e organizações a alinharem suas estratégias e operações aos 10 Princípios Universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção, a desenvolverem ações que contribuam para o enfrentamento dos desafios da sociedade e também a contribuir para o cumprimento da Agenda 2030, por meio dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, como seguem relacionados:



Direitos Humanos

1. As empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente;
2. Assegurar-se de sua não participação em violações destes direitos.



Trabalho

3. As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva;
4. A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório;
5. A abolição efetiva do trabalho infantil;
6. Eliminar a discriminação no emprego.



Meio Ambiente

7. As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos

desafios ambientais;

8. Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental;

9. Incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.



Anticorrupção

10. As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive, extorsão e propina.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Objetivo 1.

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

Objetivo 2.

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Objetivo 3.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Objetivo 4.

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Objetivo 5.

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Objetivo 6.

Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.

Objetivo 7.

Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.

Objetivo 8.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.

Objetivo 9.

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

Objetivo 10.

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Objetivo 11.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Objetivo 12.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Objetivo 13.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.

Objetivo 14.

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

Objetivo 15.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Objetivo 16.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Objetivo 17.

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

III - AÇÕES DESENVOLVIDAS

A seguir estão descritas as atividades realizadas pela Justiça Federal da 3.^a Região, com breve descrição do projeto, ação de sensibilização, curso de capacitação, entre outras, seguindo-se a ordem dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, com anotação do documento interno que contém os respectivos registros dos trabalhos. Há objetivos destacados em conjunto, indicando que mesmas práticas estão relacionadas a mais de um ODS.



ODS 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

Caminho do Acordo

O projeto, coordenado pelas Centrais de Conciliação da Justiça Federal de Mato Grosso do Sul, em parceria com a Defensoria Pública da União (DPU), Procuradoria-Geral Federal da Advocacia-Geral da União, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), tem como objetivo levar o acesso à Justiça Federal às populações vulneráveis, como indígenas, ribeirinhos e assentados. O interessado em participar pode comparecer ao local com documentos pessoais, os quais foram analisados por juízes federais, procuradores, defensores públicos e servidores. Quando reconhecido o direito ao benefício, a homologação do acordo foi realizada de forma imediata.

Caminho do Acordo (o projeto foi lançado em 17/4/2024)					
	Data	Local	Atendimentos Realizados	Acordos Homologados	RPV
2024	17 a 18 de abril	Aldeia Bororó - Dourados	250	80	0
	20 a 21 de maio	Aldeia Taunay-Ipegue - Aquidauana	534	66	R\$ 328.021,95
	2 a 3 de julho	Aldeia Jaguaripu - Dourados	231	35	R\$ 176.000,00
	16 e 17 de setembro	Aldeia Buriti - Dois Irmãos do Buriti	185	40	R\$ 251.391,18
2025	7 e 8 de abril	Aldeia TyKue - Caarapó	600	40	R\$ 251.319,18
	1 a 2 de julho	Aldeia Amambai - Amambai	616	43	R\$ 42.504,00
	29 a 30 de agosto	Aldeia São João - Porto Murtinho	10	3	R\$ 18.216,00
	9 a 10 de outubro	Aldeia Cachoeirinha - Miranda	não foi contabilizado	38	R\$ 224.664,00

- Outros ODS relacionados: 10 e 16.

PopRuaJud

O PopRuaJud é um programa do Poder Judiciário voltado a garantir o acesso à Justiça e a direitos básicos à população em situação de rua. Ele atua de forma interinstitucional e colaborativa, reunindo órgãos do Judiciário, do Executivo (nas esferas federal, estadual e municipal) e organizações da sociedade civil, para oferecer atendimento integrado, humanizado e itinerante.

Na prática, o PopRuaJud promove mutirões de atendimento que concentram, em um mesmo local, serviços como orientação jurídica, regularização de documentos, acesso a benefícios sociais, saúde, assistência social e cidadania, reduzindo barreiras que historicamente afastam essa população dos serviços públicos.

O programa está alinhado à Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua, instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e conta com comitês regionais para articulação e implementação nos estados

Pop Rua Jud SP + MS				
			n.º de pessoas atendidas	nº de serviços prestados
2024	13 a 17 de maio	SAMPA IV	7.500	37.728
	27 a 29 de agosto	SAMPA V - Itaquera	750	1.572
2025	25 a 27 de março	Campo Grande		4.575
	1 e 2 de abril	Campinas - 2	890	2.076
	23 a 25 de abril	São Bernado do Campo	470	7.480
	12 a 16 de maio	SAMPA VI	5.000	93.755
	20 a 22 de agosto	Guarulhos - 2	795	6.346
	26 a 27 de agosto	Taubaté	400	2.308
	23 a 24 de setembro	Ribeirão Preto - 2	622	6.439
	21 a 22 de outubro	Santo André - 2	523	3.632
	25 a 26 de novembro	Marília	405	4.075

- Outros ODS relacionados: 10 e 16.

Juizados Especiais Federais Itinerantes

Os juizados itinerantes são uma modalidade de prestação jurisdicional em que o Poder Judiciário se desloca até comunidades distantes ou em situação de vulnerabilidade, levando o atendimento judicial para fora das sedes tradicionais dos fóruns. Essa atuação permite que pessoas com dificuldades geográficas, sociais ou econômicas tenham acesso direto à Justiça, sem necessidade de longos deslocamentos.

No âmbito da Justiça Federal, os juizados itinerantes realizam atendimentos presenciais, que podem incluir orientação jurídica, ajuizamento de ações, realização de audiências, conciliações, produção de provas e prolação de sentenças, sempre que possível no próprio local da incursão.

Essas ações costumam ocorrer em parceria com outros órgãos públicos (como Defensoria Pública, Ministério Público e autarquias federais) e com apoio de entes locais, o que favorece uma atuação integrada, humanizada e resolutiva, especialmente voltada a populações historicamente excluídas do sistema de justiça.

	Data	Local	Ações ajuizadas	Audiências	Sentenças Acordos	RPV	Atendimentos de outros órgãos e cidadania
2024	5 a 9 de fevereiro	Aldeias Jaguapiru e Bororó – Dourados/MS	438	432	322	R\$ 1.081.236,10	6.849
	17 a 21 de junho	Médio Taquari – Corumbá/MS	39	38	33	R\$ 75.384,00	não teve
	4 a 8 de novembro	Porto Murtinho/MS	366	616	114	R\$ 897.638,62	não teve
2025	19 a 23 de maio	Assentamento Mutum - Campo Grande/MS	242	220	156	R\$ 1.138.637,31	3.064
	15 a 19 de setembro	Tramo Norte – Pantanal/MS	208	377	0	R\$ 1.617.421,00	2.551
	17 a 19 de novembro	Quilombo Ivaporundava em Eldorado/SP	231	240	218	R\$ 1.010.091,39	696
	24 a 28 de novembro	Porto Murtinho/MS	463	775	128	R\$ 1.211.908,30	5.346

- Outros ODS relacionados: 10 e 16.



ODS 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

Palestra “Projetos Educativos de Agroecologia”

A palestra integrou a programação para comemoração do “Dia Mundial do Meio Ambiente”. Teve o objetivo de apresentar projetos educativos em agroecologia, valorizando saberes tradicionais, plantas nativas locais e suas propriedades medicinais como instrumentos de educação ambiental e sustentabilidade socioambiental. O público-alvo foi composto por magistrados, servidores e interessados em geral. A palestra foi realizada em 17/6/2025, na modalidade híbrida, a partir do JEF de Dourados, com registro de aproximadamente 41 participantes.

- Outros ODS relacionados: 11, 12 e 13.

Palestra “Cultura Regenerativa no Meio Urbano: como podemos exercer cidadania em prol da sustentabilidade e regeneração socioambiental?”

A palestra integrou a programação para comemoração do “Dia Mundial do Meio Ambiente”. Teve o objetivo de sensibilizar magistrados, servidores e demais participantes para práticas de cidadania ambiental e sustentabilidade no meio urbano. Abordou conceitos de cultura regenerativa, permacultura, gestão de resíduos sólidos, hábitos de consumo e participação cidadã nas dinâmicas ambientais das cidades, destacando o papel do indivíduo e das instituições públicas na regeneração socioambiental. Realizada em 26/6/2025, às 16h, na modalidade virtual e contou com participação registrada de aproximadamente 58 participantes.

- Outros ODS relacionados: 4, 12, 13 e 16.



ODS 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

Palestra “Mães e Pais de Filhos com Deficiência – Parentalidades Possíveis”

Palestra ministrada pela psicóloga Paula Ayub, realizada pela plataforma Microsoft Teams, no dia 24/4/2024, com duração de uma hora e meia e participação de 61 pessoas. A atividade teve como objetivo promover a conscientização de familiares de pessoas com deficiência sobre a importância do autocuidado, além de estimular reflexão, acolhimento e troca de experiências relacionadas a luto, redes de apoio sociofamiliar e cuidados com a saúde mental, contribuindo para o fortalecimento do suporte familiar e da inclusão social.

- Outros ODS relacionados: 10 e 16.

Ação Institucional – Participação na 3.ª e 4.ª Festiva – Festa Inclusiva

Participação na 3.ª e na 4.ª edição da “Festiva – Festa Inclusiva”, realizadas respectivamente em 1.º/12/2024 e 7/12/2025, no município de São Paulo – SP. O Festiva é evento organizado anualmente pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, no município de São Paulo – SP, voltado à promoção da inclusão e da convivência social em ambiente acessível em à comemoração do dia internacional da pessoa com deficiência. Reúne apresentações musicais, alimentação e atividades recreativas a esse público específico. A programação foi divulgada ao público interno do Tribunal e às unidades da Seção Judiciária de São Paulo, possibilitando a participação de magistrados, servidores, estagiários, terceirizados e acompanhantes.

33 servidores e acompanhantes participaram da 3.ª edição e 23 servidores e acompanhantes da 4.ª edição, fortalecendo ações institucionais voltadas à inclusão e à integração social.

- Outros ODS relacionados: 10 e 16.

Programa Vivamente

Justiça Federal da 3.ª

Região Relatório de Comunicação de

Programa estabelecido no Tribunal, voltado à saúde mental de servidores e magistrados, principal causa de absenteísmo na Justiça Federal da 3.^a Região.

Foram realizadas palestras e rodas de conversa, dirigidas a servidores, em diversos temas, tais como depressão, prevenção ao suicídio, equilíbrio entre saúde mental e trabalho, desafios do retorno ao trabalho presencial e assistência à saúde. Há, ainda, situações de atendimento coletivo, quando o grupo (equipe de trabalho) sofre alguma perda ou está passando por uma situação importante dentro da unidade.

Ação Institucional – Divulgação da cartilha da Fiocruz sobre a Saúde de Pessoas com Síndrome de Down

Realizada a publicação de notícia no informativo institucional Em Tempo 3R, no período de 8 a 14/7/2024, divulgando a cartilha elaborada pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz - ENSP/Fiocruz sobre a saúde de pessoas com Síndrome de Down. A iniciativa buscou ampliar o acesso a informações sobre tratamento digno, cuidados de saúde e promoção do bem-estar dessas pessoas, contribuindo para a conscientização e fortalecimento de práticas inclusivas no ambiente institucional e na sociedade.

- Outros ODS relacionados: 4, 10 e 16.

Projeto Boralá

Atividades culturais voltadas ao corpo funcional do Tribunal, após o horário do expediente de trabalho, que vão desde oficina de trabalhos manuais (manuseio de plantas, ikebana, crochê) a exposições de artes e apresentações musicais, em oficinas que, em regra, são coordenadas pelos próprios servidores e magistrados do Tribunal. Também conta com apresentações de outras associações ou grupos de outras instituições públicas.

- Outros ODS relacionados: 11, 16 e 17.

Projeto Vamos Descontrair

Ação que visa o fomento à qualidade de vida no ambiente de trabalho, por meio de encontros do público interno, em curtos intervalos em horários de almoço e a quem puder participar, para encontros musicais e de troca de experiências e conversas sobre o trabalho ou outros assuntos. Busca-se a interação entre magistrados, servidores, estagiários e funcionários terceirizados no ambiente de trabalho para o melhor desenvolvimento das atividades do Órgão a gerar melhores resultados na produtividade do trabalho exercido. Trata-se da valorização do ambiente de trabalho como local de desenvolvimento de novos conhecimentos, dinâmico para novas iniciativas que contribuam à melhor execução das rotinas diárias em cada setor do Tribunal. Houve o aproveitamento do piano existente no Tribunal, patrimônio que foi doado ao Órgão e estava sob risco de deteriorar-se pela falta do correto uso. O bem foi revitalizado e atualmente está devidamente mantido por servidores que tocam piano e que passaram a usá-lo, com a participação do público interno a ouvi-los. A partir dessa iniciativa, demais servidores puderam também participar dessa ação tocando instrumentos próprios.

A ação ocorre uma vez ao mês.

- Outros ODS relacionados: 11, 16 e 17.

Ação Institucional – Participação na “X Inclusão a Toda Prova – Corrida e Caminhada”

Como parte das ações em comemoração ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, o Tribunal viabilizou, em 1.º/12/2024, a participação de 30 servidores na corrida e caminhada promovida pelo Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural, organização sem fins lucrativos que desenvolve projetos voltados à inclusão de pessoas com deficiência e em situação de vulnerabilidade por meio do esporte e da cultura. A iniciativa incluiu sorteio de kits ao público interno, cuja arrecadação foi destinada às ações sociais da instituição, buscando promover a sensibilização sobre acessibilidade e inclusão, bem como incentivar a qualidade de vida e a saúde

física e mental por meio da prática esportiva, com divulgação da participação institucional nas redes do Tribunal.

- Outros ODS relacionados: 10, 11 e 16.

Ação Institucional – Participação na 3.ª Corrida e Caminhada – TUCCA – Esporte Pela Cura

Aconteceu, no dia 20/9/2025, a 3.ª Corrida e Caminhada – TUCCA – Esporte Pela Cura. O evento contou com a participação de 20 servidores do TRF3. A ação faz parte do projeto "Movimente-se: saúde e inclusão" que visa incentivar a prática esportiva do corpo funcional do Tribunal com a participação em caminhadas e corridas que, por sua vez, também apoiam importantes causas sociais ligadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS/ONU, como saúde, inclusão e acessibilidade.

- Outros ODS relacionados: 10,11 e 16.

1.ª Corrida da Justiça Federal, no Parque dos Poderes em Campo Grande – Mato Grosso do Sul

A Justiça Federal de Mato Grosso do Sul realizou, no dia 13 de dezembro de 2025, às 18h, a 1.ª Corrida da Justiça Federal, no Parque dos Poderes, em Campo Grande. Com concentração na sede da Justiça Federal, o evento contou com percursos de 5 km, 10 km e caminhada, reunindo aproximadamente 600 participantes entre servidores, magistrados e membros da comunidade em geral, além de representantes de órgãos do Judiciário.

A iniciativa surgiu como um incentivo da Diretoria do Foro de Mato Grosso do Sul à prática de esportes e ao cuidado com a saúde, promovendo qualidade de vida, integração e bem-estar no ambiente institucional. A corrida contou com o apoio da Receita Federal, Sanesul, TRT da 24.ª Região, FUNDESPORTE e do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, parceiros fundamentais para o sucesso da ação.

- Outros ODS relacionados: 11 e 16.

Encontro Perícias Médicas – Benefícios por incapacidades e Atualização sobre as deficiências

Evento realizado pela Subseção Judiciária de Botucatu, com apoio da Escola de Magistrados do Tribunal, voltado à integração e ao debate entre os diversos atores envolvidos nas questões previdenciárias e na avaliação de incapacidades e deficiências. A programação abordou temas como perícia previdenciária, estimativa da data de início da incapacidade, complexidade dos transtornos mentais em perícias psiquiátricas, diferenças conceituais entre deficiência, incapacidade e doença, além de aspectos práticos para avaliação de pessoas com deficiência em benefícios assistenciais, incluindo mesa de debates ao final. Foram ofertadas 200 vagas ao público interno e externo da Justiça Federal, contribuindo para o aperfeiçoamento técnico e institucional na análise de direitos das pessoas com deficiência.

Fonte: <https://www.trf3.jus.br/emag/cursosemag/encontro-pericias-medicas>

- Outros ODS relacionados: 4, 10 e 16.

Parceria com o Centro de Convivência da Criança e do Adolescente (CCA)

Parceria com o centro de convivência, CCA – Jardim Peri, do Serviço Franciscano de Solidariedade - SEFRAS, para a realização de ações assistenciais permanentes voltadas a pessoas em situação de rua, com recolhimento de artigos de higiene, material escolar, roupas e campanhas de Natal. É feita, também, divulgação de solicitações de doação de sangue, destinadas a magistrados, servidores e familiares.

- Outros ODS relacionados: 10 e 16.

Campanhas ao Natal Solidário

O Natal Solidário é evento que o Tribunal promove todos os anos para retribuir e agradecer aos colaboradores terceirizados por todo o empenho e dedicação com que atuam ao longo do ano para o bom funcionamento de nossas unidades. A confraternização só é possível por meio da arrecadação de valores entre magistrados e servidores. Nos últimos anos, conseguimos presentear cada um dos terceirizados e, inclusive, sortear brindes de valores maiores, como televisores, celulares e bicicletas.

- ODS relacionado: 16.



ODS 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

Ambientação Institucional

Realizada para servidores que ingressam no órgão, são apresentadas informações sobre o Plano de Logística Sustentável - PLS, bem como divulgadas as ações socioambientais e de acessibilidade e inclusão desenvolvidas pela instituição, com o objetivo de sensibilizar e integrar os novos servidores às práticas de sustentabilidade e inclusão adotadas no âmbito institucional.

- Outros ODS relacionados: 10, 12 e 16.

Divulgação dos cursos da SMPED/SP

O Tribunal divulgou ao corpo funcional os cursos oferecidos pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo, voltados ao aprimoramento de práticas de acessibilidade e

Justiça Federal da 3.ª

Reião Relatório de Comunicação de

inclusão no ambiente de trabalho, incluindo os cursos “Acessibilidade Digital e Comunicacional”, “Educação Continuada e Certificação em Acessibilidade” e “Conhecer para Incluir”.

https://prefeitura.sp.gov.br/web/pessoa_com_deficiencia/w/cpa/12009

- Outros ODS relacionados: 11, 13 e 16.

Divulgação de cursos gratuitos da ENAP sobre sustentabilidade

Realizada a divulgação, no âmbito institucional, de cursos gratuitos ofertados pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) relacionados à sustentabilidade e à gestão pública sustentável, incluindo temas como Direitos da Natureza, Resíduos Sólidos, Agenda 2030, Contratações Públicas Sustentáveis, Compras Sustentáveis e a Nova Lei de Licitações, com o objetivo de ampliar a capacitação de servidores e fomentar a adoção de práticas administrativas alinhadas à sustentabilidade e ao uso responsável de recursos públicos.

- ODS relacionados: 8, 10, 11 e 16.

Campanha de divulgação das terminologias corretas sobre acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência

Foi realizada campanha institucional para divulgação das terminologias adequadas relacionadas à acessibilidade e à inclusão da pessoa com deficiência, disponibilizada de forma permanente na intranet e no portal do Tribunal, como ação contínua de sensibilização e conscientização. A iniciativa foi desenvolvida pela Assessoria de Comunicação Social do Tribunal (ACOM), com base em informações e orientações da Assessoria de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica (ADEG) e sob orientação da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão da 3.^a Região (CPAI-3R), visando promover comunicação respeitosa e alinhada às diretrizes de inclusão.

- ODS relacionados: 10 e 16.

Curso – “Linguagem Simples no Direito”

Curso realizado entre 4 e 20 de março de 2024, na modalidade EaD, com carga horária

Justiça Federal da 3.^a

Região Relatório de Comunicação de

de 4 horas, destinado à abordagem de aspectos históricos, legais, conceituais e práticos relacionados ao uso da linguagem simples no âmbito jurídico. A iniciativa buscou promover comunicação institucional mais clara e acessível, facilitando o entendimento das informações jurídicas pelo público interno e pela sociedade. O curso contou com 60 vagas, 74 inscritos e 48 participantes aprovados.

- Outros ODS relacionados: 10 e 16.

Palestra - “Entendendo o Autismo”

Palestra promovida pela Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3.^a Região – EMAG em 26/4/2024, com o objetivo de informar sobre o Transtorno do Espectro Autista - TEA, abordando aspectos relacionados à inclusão escolar e às questões jurídicas pertinentes à atuação da Justiça Federal. O evento contou com 487 inscritos.

- Outros ODS relacionados: 10 e 16.

Curso “Acessibilidade Digital e Comunicacional”

Curso promovido pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo (SMPED), nos dias 8 e 9 de agosto de 2024, realizado na modalidade on-line, com carga horária total de 3 horas, destinado à transmissão de conhecimentos sobre acessibilidade digital e comunicacional. A ação contou com a participação de cinco servidores da Justiça Federal da 3.^a Região, contribuindo para o fortalecimento das práticas institucionais voltadas à inclusão e à comunicação acessível.

- Outros ODS relacionados: 9 10 e 16.

Curso “Libras Básico”

Curso realizado na modalidade EaD entre 26/8 e 5/11/2024, com carga horária de 50 horas, destinado à transmissão de conceitos básicos da Língua Brasileira de Sinais (Libras) aos servidores do Tribunal, visando ampliar a comunicação e o atendimento acessível às pessoas surdas

e fortalecer práticas institucionais de inclusão. A ação contou com 60 vagas ofertadas, 26 inscritos e 15 participantes aprovados.

- ODS relacionados: 10 e 16.

Curso “Facilitadores da Inclusão”

Curso destinado à formação de facilitadores aptos a promover e replicar práticas de inclusão no âmbito do Tribunal. O conteúdo abordou comunicação interpessoal, relacionamento profissional, aplicação da legislação de inclusão e uso de tecnologias voltadas à promoção da acessibilidade e inclusão no ambiente institucional. O curso foi realizado de 2 a 6 de dezembro de 2024 e contou com 30 vagas, 30 inscritos e 29 participantes aprovados, contribuindo para o fortalecimento da cultura inclusiva na instituição.

- Outros ODS relacionados: 9, 10 e 16.

Semana da Acessibilidade e Inclusão

A Semana da Acessibilidade e da Inclusão reúne eventos e treinamentos em comemoração ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, instituído pela ONU, com o objetivo de promover a reflexão sobre os direitos das pessoas com deficiência e ampliar a conscientização institucional e social sobre acessibilidade e inclusão. A programação da ação, ocorreu de 1.º a 6 de dezembro de 2024 e 1.º a 7 de dezembro de 2025, contaram com diversas atividades voltadas ao público interno, fortalecendo a cultura institucional de respeito à diversidade e promoção da inclusão.

- Outros ODS relacionados: 10, 11 e 16.

Seminário “Acessibilidade Digital – Interfaces, Normas e Direito”

Seminário realizado em 13/6/2025 com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre recursos e diretrizes necessários à inclusão de pessoas com deficiência no ambiente digital e nas atividades cotidianas mediadas por tecnologia. O evento foi realizado via YouTube, abordando,

entre outros temas, a Norma Brasileira de Acessibilidade Digital (ABNT NBR 17225:2025), contribuindo para o fortalecimento da acessibilidade e da inclusão digital no âmbito institucional.

<https://www.youtube.com/live/SttmP7QJM-Y>

- Outros ODS relacionados: 9, 10 e 16.

Curso “Produção de Documentos Digitais Acessíveis”

A ação realizada de 19 a 22 de maio de 2025, capacitou 30 servidores e teve como objetivo promover o conhecimento dos recursos necessários à inclusão da pessoa com deficiência no ambiente de trabalho, especialmente no uso de meios digitais e na produção de documentos acessíveis. O conteúdo programático abordou introdução à acessibilidade digital, fundamentos de acessibilidade em documentos digitais, criação de documentos acessíveis em processadores de texto, digitalização acessível de documentos físicos e exportação para PDF acessível.

- Outros ODS relacionados: 9, 10 e 16.

Curso “Palavra que Acolhe: Linguagem Simples, Escrita Criativa e Justiça com Propósito”

Realizado no período de 3/9 a 8/10/2025, na modalidade híbrida, destinado ao corpo funcional da Justiça Federal da 3.^a Região, com oferta de 35 vagas. A ação abordou a utilização da linguagem simples como instrumento de acessibilidade e inclusão na comunicação institucional, promovendo práticas de comunicação clara e humanizada no âmbito da Justiça. O conteúdo programático incluiu temas como direito à compreensão da informação, comunicação acolhedora, relação entre ODS e Agenda 2030 e o uso da escrita criativa como ferramenta de transformação institucional.

- Outros ODS relacionados: 10 e 16.

Curso “Acessibilidade e edificações, mobiliário, espaços e equipamento urbanos – ABNT NBR 9050”

O curso teve como objetivo capacitar profissionais das áreas de projetos e construções, tanto da gestão pública quanto da iniciativa privada, quanto à aplicação dos princípios do Desenho Universal e das diretrizes estabelecidas na norma técnica ABNT NBR 9050, promovendo a adoção de critérios de acessibilidade em edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos. A capacitação ocorreu no período de 3/9 a 8/10/2025, contribuindo para o aprimoramento das práticas institucionais voltadas à inclusão e à eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas.

- Outros ODS relacionados: 10, 11 e 16

Curso “Acessibilidade e Inclusão no Ambiente Jurídico”

Realizado na modalidade EaD, na plataforma Moodle, no período de 27/10 a 26/11/2025, com carga horária de 20 horas, voltado à capacitação sobre acessibilidade e inclusão no contexto do ambiente jurídico. O conteúdo abordou a trajetória histórica e o perfil das pessoas com deficiência, seus direitos e avanços legislativos, a relação entre acessibilidade, educação e trabalho, além da aplicação prática de medidas de inclusão no cotidiano institucional, incluindo acessibilidade atitudinal, comunicacional e uso de tecnologias assistivas. Foram ofertadas 60 vagas, com 22 pessoas capacitadas, contribuindo para o fortalecimento das práticas institucionais voltadas à inclusão e à promoção da acessibilidade no âmbito da Justiça Federal.

- Outros ODS relacionados: 10 e 16.



ODS 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

Protocolo Integrado de Prevenção e Medidas de Segurança voltado ao enfrentamento da violência doméstica contra mulher.

O Tribunal instituiu o protocolo integrado de prevenção e medidas de segurança ao enfrentamento da violência doméstica contra magistradas, servidoras, estagiárias, funcionárias

terceirizadas e colaboradoras do Tribunal e das Seções Judiciárias de São Paulo e de Mato Grosso do Sul om base na recomendação n.º 102/2021 do Conselho Nacional de Justiça. Para tanto foi expedida a por meio de Portaria Pres n.º 3.776/2024, que conceitua as formas de violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral e considera o risco envolvido em cada caso para auxiliar na gestão dos encaminhamentos, além de prever a adoção de ações administrativas.

- Outros ODS relacionados: 10 e 16.

Lista tríplice composta exclusivamente por mulheres, para preenchimento de vaga de desembargadora federal

Integraram a lista tríplice composta exclusivamente para mulheres, para preenchimento de vaga de desembargadora federal pelo critério de merecimento, três juízas federais da Seção Judiciária de São Paulo. A formação de lista exclusivamente feminina observa a Resolução n.º 525/2023 do Conselho Nacional de Justiça que dispõe sobre ação afirmativa de gênero, para acesso de magistradas aos tribunais de 2º grau.

- Outros ODS relacionados: 10 e 16.

Adesão à campanha de combate ao femicídio e violência contra as mulheres #TodasPorElas

O Tribunal Regional Federal da 3.^a Região assinou termo de adesão à campanha #TodosPorElas. Foi iniciativa promovida pelos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo do Estado de Mato Grosso do Sul para o combate, prevenção e erradicação do feminicídio, bem como da violência contra as mulheres, utilizando o poder da comunicação para sensibilizar e mobilizar instituições e sociedade.

- Outros ODS relacionados: 10 e 16.



Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos

Adesão ao programa de Uso Racional da Água – Pura – Sabesp

Prorrogação do projeto de adesão ao Programa de Uso Racional da Água - PURA, promovido pela SABESP, em 12 Subseções Judiciárias, com previsão de ampliação às demais unidades atendidas pela concessionária. O programa estabelece metas de redução mínima de 10% no consumo de água em relação à média dos 12 meses anteriores, possibilitando benefício financeiro de 25% de desconto nas tarifas de água e esgoto mediante cumprimento das metas e manutenção da adimplência. A iniciativa busca promover o uso consciente da água e o combate ao desperdício nas unidades administrativas e judiciárias, estando atualmente em funcionamento em diversos fóruns e prédios administrativos da capital e da região metropolitana de São Paulo.

- Outros ODS relacionados: 11, 12, 13 e 16.



ODS 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos

Painel de monitoramento de Consumo de Energia

Criação do Painel de Monitoramento de Energia da Seção Judiciária de São Paulo destinado ao acompanhamento quadrimestral do consumo de energia elétrica nas Subseções Judiciárias do Estado de São Paulo, com foco na identificação de variações e eventuais aumentos de consumo, subsidiando a adoção de medidas de eficiência energética e racionalização do uso de recursos públicos. A ferramenta apoia a gestão administrativa sustentável por meio do monitoramento contínuo de indicadores de consumo energético

- Outros ODS relacionados: 9, 12, 13 e 16.



ODS 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos

Webinário – “As Cooperativas como Protagonistas no Processo de Reciclagem”

Webinário realizado em 30/6/2025, na modalidade on-line, integrou a programação para comemoração do “Dia Mundial do Meio Ambiente”. Foi ministrado por representantes da COOPERLESTE, cooperativa parceira da Subseção Judiciária de São Paulo para coleta de materiais recicláveis. A ação teve por objetivo valorizar o papel das cooperativas de catadores na reciclagem, na economia circular e na gestão ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, promovendo a sensibilização do público interno e o fortalecimento de parcerias institucionais.

- Outros ODS relacionados: 10, 11, 12 e 16.

Curso “O Direito ao Trabalho das Pessoas com Deficiência”

Curso promovido pela Escola Superior do Ministério Público da União (MPU), realizado na modalidade EaD entre 16/9 e 18/10/2024, com carga horária de 27 horas, destinado à apresentação de aspectos teóricos e práticos relacionados ao direito ao trabalho das pessoas com deficiência. A ação contou com a participação e aprovação de quatro servidores PcDs da Justiça Federal da 3.^a Região, contribuindo para o fortalecimento do conhecimento institucional e da promoção de práticas inclusivas no ambiente de trabalho.

- Outros ODS relacionados: 10 e 16.

Pesquisa de diagnóstico sobre inclusão da pessoa com deficiência

Foi realizada pesquisa de diagnóstico dirigida ao público interno do Tribunal, com foco na avaliação do conhecimento e das experiências relacionadas à acessibilidade e à inclusão da pessoa com deficiência no ambiente de trabalho. A iniciativa buscou coletar informações sobre dificuldades enfrentadas, boas práticas adotadas nas unidades e sugestões apresentadas por magistrados(as) e servidores(as), inclusive gestores(as), visando subsidiar a análise e o desenvolvimento de políticas institucionais pela Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão da 3.^a Região - CPAI-3R, que solicitou a realização da pesquisa.

- Outros ODS relacionados: 10 e 16.



ODS 9. Construir infraestruturas robustas, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

Pesquisa sobre acessibilidade digital em sites e sistemas

Pesquisa promovida em 2025 pelo Fórum Paulista para Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência, com o objetivo de avaliar o estágio de acessibilidade digital em sites e sistemas informáticos internos das instituições integrantes do Fórum, contribuindo para o diagnóstico e aprimoramento contínuo das condições de acesso digital para pessoas com deficiência no âmbito institucional.

- Outros ODS relacionados: 10 e 16.



ODS 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

Participação da Instituição no “Fórum Paulista de Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência”

O Fórum é formado por 28 instituições públicas e privadas que em reuniões dos respectivos representantes deliberam sobre a promoção do intercâmbio de medidas institucionais, notícias, informações e melhores práticas desenvolvidas por seus participantes, com vistas a transformar ações isoladas em planejamentos conjuntos que possam conferir mais efetividade à aplicação da Lei Brasileira de Inclusão.

Em 2025 o Fórum realizou as ações abaixo indicadas e desenvolvidas com a participação efetiva do Tribunal:

- workshop “Combate à Violência Contra Pessoas com Deficiência”
- seminário “Acessibilidade digital – Interfaces, normas e direitos”
- pesquisa sobre acessibilidade digital em sites e sistemas
- seminário “Diálogos interinstitucionais pelos direitos da pessoa com deficiência”
- Outros ODS relacionados: 16 e 17.

Palestra “O Direito das Pessoas com Deficiência no Direito Internacional, no Brasil e nos EUA”

Palestra promovida pela Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3.^a Região (EMAG), realizada em 20/2/2024, por meio da plataforma Zoom, com duração de duas horas, destinada à discussão comparada sobre os direitos das pessoas com deficiência no âmbito internacional, com foco nas experiências do Brasil e dos Estados Unidos da América. O evento contou com 374 inscritos, 185 participantes e 149 aprovados, considerando frequência mínima de 75%, contribuindo para a

ampliação do conhecimento institucional e para o fortalecimento de práticas jurídicas e administrativas voltadas à inclusão.

- Outros ODS relacionados: 4 e 16.

Evento “Moção de Apoio à Cartilha Combate ao Capacitismo e ao Guia Simples Assim”

Evento promovido pelo Fórum Paulista de Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência, realizado em 15/3/2024, na modalidade on-line por meio da plataforma Google Meet, com duração de uma hora e meia. A ação teve como objetivo fortalecer a divulgação e o apoio institucional a materiais educativos voltados ao combate ao capacitismo e à promoção da acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência, contribuindo para a conscientização e disseminação de práticas inclusivas na sociedade e nas instituições públicas.

- Outros ODS relacionados: 4 e 16.

Participação no IV Fórum Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – OAB/SP

Participação da Justiça Federal da 3.^a Região no ‘IV Fórum Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência’, promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil e realizado presencialmente na sede da OAB-SP em 9/9/2024. O evento, de âmbito nacional, reafirmou o lema consagrado pela ONU “Nada sobre nós sem nós”, fortalecendo o debate sobre direitos e inclusão das pessoas com deficiência. A Terceira Região foi representada pelo Desembargador Federal Antonio Morimoto, integrante da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão da 3.^a Região - CPAI3R, que compôs a mesa de abertura, havendo divulgação interna da participação institucional no periódico “Em Tempo 3R”.

- Outros ODS relacionados: 4 e 16.

Miniconferência “Deficiência, Acessibilidade e Inclusão”

Miniconferência promovida pelo Grupo de Trabalho e Estudos sobre Acessibilidade e Inclusão no âmbito da Seção Judiciária de São Paulo, em conjunto com a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão da 3ª Região, realizada em 26/09/2024, por meio da plataforma Teams, em comemoração ao Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência. A ação teve como objetivo promover reflexão e sensibilização institucional sobre temas relacionados à deficiência, acessibilidade e inclusão, contribuindo para o fortalecimento de práticas e políticas inclusivas no ambiente institucional.

- Outros ODS relacionados: 4 e 16.

Palestra “Minha Jornada na AACD: Resiliência e Transformação”

Palestra realizada em 5/12/2024, na modalidade presencial, no edifício-sede do Tribunal, ministrada por Mari de Oliveira, com o objetivo de promover reflexão sobre inclusão efetiva e acessibilidade em suas diversas dimensões — comportamental, ambiental, atitudinal, digital e física —, além de abordar os desafios e avanços relacionados à participação da pessoa com deficiência no ambiente de trabalho e na vida social. A ação integrou a programação institucional voltada à conscientização sobre inclusão e acessibilidade, com divulgação na intranet do Tribunal e grupo de ações realizadas no mês de dezembro de 2024 para comemoração ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, em 3 de dezembro.

- Outros ODS relacionados: 11 e 16.

V Encontro de Acessibilidade e Inclusão: Inclusão como motor para a criatividade e o desenvolvimento

Evento promovido pelo Grupo de Trabalho e Estudos sobre Acessibilidade e Inclusão no âmbito da Seção Judiciária de São Paulo, em conjunto com a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão da 3ª Região, realizado em 4/12/2024, na modalidade on-line. A ação buscou promover a reflexão sobre a inclusão como elemento impulsionador da criatividade, do desenvolvimento pessoal e profissional e da participação plena das pessoas com deficiência no ambiente institucional e na

sociedade, fortalecendo a cultura organizacional voltada à acessibilidade e à inclusão.

- Outros ODS relacionados: 4 e 16.

Visita Guiada às Instalações do Tribunal

Visita guiada de grupo de servidores com deficiência realizada em 5/12/2024, com o objetivo de promover a divulgação de informações sobre inclusão e acessibilidade, além de proporcionar integração do público interno e conhecimento sobre adaptações e recursos de acessibilidade disponíveis nas instalações do Tribunal para servidores com deficiência. Houve encontro com o Desembargador Federal Presidente do Tribunal e com a Desembargadora Federal Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão da 3.^a Região – CPAI-3R, além de comparecimento em sessão do Plenário do Tribunal, reforçando o compromisso institucional com a promoção da inclusão e da acessibilidade no ambiente de trabalho. A ação integrou a programação institucional voltada à conscientização sobre inclusão e acessibilidade, com divulgação na intranet do Tribunal e grupo de ações realizadas no mês de dezembro de 2024 para comemoração ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, em 3 de dezembro.

- Outros ODS relacionados: 11 e 16.

Oficinas de Design da Política da Pessoa com Deficiência em Âmbito Judicial

A Justiça Federal da 3.^a Região, por meio da CPAI-3R, participou das Oficinas de Design da Política da Pessoa com Deficiência em Âmbito Judicial, promovidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), realizadas em Brasília/DF, nos dias 24 e 25/2/2025. A ação teve como objetivo contribuir para a construção participativa da política judiciária voltada à promoção dos direitos das pessoas com deficiência no Poder Judiciário.

- Outros ODS relacionados: 16.

Roda de Conversa “Discriminação da Pessoa com Deficiência – Semana Nacional de Combate ao Assédio e à Discriminação”

Roda de conversa realizada em 08/05/2025, na Escola de Magistrados do TRF3, coordenada por servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e por servidora do TRF3, como parte da programação da Semana Nacional de Combate ao Assédio e à Discriminação. A ação teve como objetivo promover reflexão e conscientização sobre práticas discriminatórias enfrentadas por pessoas com deficiência, contribuindo para o fortalecimento de ambientes institucionais mais inclusivos e respeitosos, com oferta de 500 vagas ao público interessado.

- Outros ODS relacionados: 4 e 16.

Workshop “Combate à Violência Contra Pessoas com Deficiência”

Workshop realizado em 26/5/2025, em formato virtual por meio da plataforma Microsoft Teams, com o objetivo de apresentar e discutir o panorama de dados sobre pessoas com deficiência no Brasil e os índices de violência que atingem esse público, promovendo conscientização e fortalecimento institucional de ações voltadas à proteção, inclusão e garantia de direitos das pessoas com deficiência.

- Outros ODS relacionados: 3 e 16.

Divulgação do Guia de Combate ao Capacitismo no site do Tribunal

Realizada a publicação, no site institucional do Tribunal, do Guia de Combate ao Capacitismo, elaborado pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz - ENSP/Fiocruz, com o objetivo de estimular mudanças de atitudes e comportamentos que favoreçam a ampliação da acessibilidade e da inclusão, promovendo orientações voltadas ao tratamento digno e respeitoso das pessoas com deficiência e ao fortalecimento de uma cultura institucional inclusiva.

- Outros ODS relacionados: 4 e 16.

Vídeo em celebração ao Dia Internacional das Pessoas com Deficiência

Produção e divulgação de vídeo institucional em celebração ao Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, em 3 de dezembro, contendo depoimentos de servidores e servidoras com deficiência sobre suas experiências de trabalho na Justiça Federal da 3ª Região, abordando temas como acolhimento, acessibilidade, convivência profissional e aceitação da deficiência, além da importância de ações contínuas de sensibilização e conscientização sobre inclusão. A iniciativa destacou o protagonismo das próprias pessoas com deficiência na promoção da inclusão e foi elaborada pela Assessoria de Comunicação Social a pedido da Assessoria de Gestão e Desenvolvimento Estratégico.

- Outros ODS relacionados: 4 e 16.

Diálogos Interinstitucionais pelos Direitos da Pessoa com Deficiência

A ação de 2025 integrou o conjunto de atividades comemorativas ao Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, celebrado em 3 de dezembro, e teve como tema central os dez anos da Lei Brasileira de Inclusão (LBI). O evento foi realizado de forma colaborativa no âmbito do Fórum Paulista para Acessibilidade e Inclusão, em parceria entre o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), o Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região (TRT2), o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), o Ministério Público Federal em São Paulo (MPF-SP) e o Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, promovendo o diálogo interinstitucional sobre políticas e práticas voltadas à inclusão das pessoas com deficiência.

O conteúdo programático reuniu as palestras “Avaliação Biopsicossocial”, “Ações e desafios do Fórum Paulista para Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência”, “10 anos da Lei Brasileira de Inclusão” e “Políticas públicas, saúde mental e subjetividade”, todas seguidas de debates com os participantes, fortalecendo a troca de experiências e a reflexão conjunta sobre avanços e desafios na garantia de direitos e na promoção da acessibilidade e inclusão.

<https://www.youtube.com/live/hFkg7SlfUC4?si=vLtjy8sTpHB3Hgk->

<https://www.youtube.com/live/pFop6OspEWg?si=Di24ulG-MvTyLoUd>

- Outros ODS relacionados: 16 e 17.

Recepção de servidores e servidoras recém ingressos, com exposição dos temas inclusão e acessibilidade da pessoa com deficiência.

Nas ambientações realizadas com novos servidores do Tribunal há exposições sobre todas as ações de acessibilidade e inclusão para aqueles que passam a compor o quadro funcional. São explicados conceitos e normativos sobre os assuntos, o que são os indicadores de acessibilidade estabelecidos pela Resolução CNJ n.º 401/2021 e bem assim sobre a evolução deles no decorrer dos anos. Também são abordados os aspectos práticos relacionados à convivência com pessoas que possuem deficiência, no ambiente de trabalho.

- Outros ODS relacionados: 16.

Acessibilidade urbanística e arquitetônica.

Como resultados efetivos obtidos pelo Tribunal há que se registrar o selo de acessibilidade concedido pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência ao prédio sede, a Torre Sul – TRF3. A qualificação foi publicada no Diário Oficial do Município de São Paulo, em 31 de maio de 2025, e a placa que sinaliza tal concessão está afixada no térreo do edifício. Comprova que a construção é acessível, uma vez que atendeu aos requisitos da NBR 9050, conforme determinado pela Comissão de Acessibilidade daquela Secretaria.

- Outros ODS relacionados: 16.

Painel Business Intelligence – BI. Indicadores de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência.

Os indicadores de acessibilidade e inclusão são compilados nos tribunais e encaminhados anualmente ao Conselho Nacional de Justiça, por força de determinação contida na Resolução CNJ n.º 401/2021.

No Tribunal, os resultados obtidos dos indicadores são publicados no Painel Business Intelligence – Variáveis e Indicadores de Acessibilidade e Inclusão, ferramenta que possibilita a

Justiça Federal da 3.ª

verificação comparativa dos resultados obtidos anualmente, no Tribunal. São os resultados das ações em prol da acessibilidade e da inclusão, separados por ano, sistematizados em banco de dados que contabilizam as ações de sensibilização, os cursos de capacitação, as medidas para acessibilidade dos serviços e informações prestados pelo Órgão, entre outras informações.

- Outros ODS relacionados: 16.

Ações de Sensibilização – Divulgações de informações e campanhas sobre acessibilidade e inclusão

Divulgações por meio de publicações de notícias e textos, também nas redes sociais do Tribunal, objetivaram a ampliação do conhecimento sobre acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência, para reflexão e compartilhamento do conhecimento sobre tais temas. As divulgações foram realizadas pela Assessoria de Comunicação Social - ACOM e também pelos setores de treinamento de servidores, na Secretaria de Gestão de Pessoas – SEGE, e pela Escola de Magistrados - EMAG. Foram veiculadas durante o ano de 2025 na rede interna e externa - instagram, internet, intranet, youtube.

Foram voltadas à sensibilização de magistrados, servidores, estagiários e funcionários terceirizados, no site e nas redes sociais do Tribunal, bem como no periódico "Em Tempo 3R", de circulação interna, em 2025.

Seguem as divulgações em relação exemplificativa e que poderão ser consultadas nos links indicados:

-Publicação na conta institucional do Tribunal do Instagram do serviço da Central de Intermediação em Libras (PAP-CIL);

<https://www.instagram.com/p/DEkAQ0oKviG/?igsh=eHhvemlqeHNqdnR2>

– Divulgação no Em Tempo 3R de 17 a 23/2/2025, da notícia "Diagnóstico sobre Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência no Poder Judiciário" é tema de seminário do CNJ no dia 19/2, das 17h às 19h;

– Publicada a notícia "Diagnóstico aponta desafios da acessibilidade no Judiciário, mas destaca avanços na inclusão" no Em Tempo 3R de 24/2 a 2/3/2025;

- Divulgado no Em Tempo 3R de 10 a 16/3/2025 a matéria sobre "TRF3 participa de oficinas do CNJ sobre política de acessibilidade e inclusão";

- Publicação de notícia sobre o "Workshop Combate à Violência contra Pessoas com

Deficiência" no site do Tribunal e da SJSP;

<https://web.trf3.jus.br/noticias-intranet/Noticiar/ExibirNoticia/437632-forum-paulista-para-acessibilidade-e-inclusao-realiza>

- Publicação no perfil do Instagram do Tribunal e das Justiças Federais de São Paulo e do Mato Grosso do Sul sobre a Cartilha "Violência contra pessoas com deficiência: Você sabe como evitar, identificar e denunciar?";

https://www.instagram.com/p/DK2scRWSDOt/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA%3D%3D

- Publicação no Em Tempo 3R de 16 a 22/6/2025, a notícia "CNJ abre cadastro de talentos para profissionais com deficiência do Judiciário";

- Publicação no Em Tempo 3R de 23 a 29/6/2025 das notícias "Cartilha traz orientações para combate à violência contra pessoas com deficiência" e "CNJ abre cadastro de talentos para profissionais com deficiência do Judiciário";

- Publicação nos "stories" do Perfil do Tribunal do Instagram da publicação feita pelo CNJ em alusão à comemoração aos 10 anos da LBI. Publicação do CNJ em <https://www.instagram.com/p/DLxDIDetYFM/?igsh=MThiaDI0OWh3dGdwaw%3D%3D>

- Publicação no Em Tempo 3R de 14 a 20 de julho de 2025 das notícias "Consulta Pública sobre Política de Acessibilidade do Judiciário termina em 21/7" e "Anticapacitismo no Serviço Público: O curso visa promover o desenvolvimento de atitudes anticapacitistas por meio da aplicação de conhecimentos sobre concepções de deficiência e acessibilidade e do esboço de um plano de ação para romper barreiras do capacitismo no serviço público";

- Publicação no Em Tempo 3R de 4 a 10/8/2025 a matéria "Conheça o Manual de atendimento a pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA)";

- Publicação na aba serviços do site do Tribunal as informações sobre o atendimento oferecido às pessoas surdas por meio da Central de Intermediação de Libras;

<https://www.trf3.jus.br/interprete-de-libras>

- Outros ODS relacionados: 16 e 17.



ODS 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Coleta de materiais de escrita para logística reversa

Ação inserida na política de gestão de resíduos sólidos – PGRS. Teve início no ano de 2023 pela instalação de pontos de coleta dos materiais de escrita utilizados no Tribunal e nos fóruns federais, além daqueles que o público interno poderia recolher em casa. Os itens: lápis grafite, lápis colorido, lapiseiras, canetas, canetinhas, borrachas, apontadores, marca-texto, marcadores permanentes e marcadores de quadro-branco. Por meio do programa, esses materiais coletados passaram por processo de reciclagem, que incluía uma série de procedimentos, como a separação, a lavagem e a extrusão.

Nesse processo, instrumentos de escrita sem utilização e que seriam descartados, não mais utilizáveis, inclusive de diferentes marcas, foram coletados e encaminhados à empresa que fazia a triagem e a separação dos materiais conforme sua composição. Após os materiais recicláveis passavam por processos de reaproveitamento e transformação em matéria-prima para a fabricação de novos produtos, enquanto os resíduos não recicláveis recebiam destinação ambientalmente adequada.

A ação foi feita por meio de adesão gratuita ao programa de reciclagem divulgado pela empresa Terracycle.

- Outros ODS relacionados: 8, 10 e 13.

Coleta de esponjas para logística reversa

Ação inserida na política de gestão de resíduos sólidos – PGRS. Teve início em 1.º/7/2024 pela instalação de pontos de coleta das esponjas usadas pelas empresas de limpeza no TRF3 e nos fóruns federais, além daquelas que o público interno recolhia em casa.

As esponjas de limpeza coletadas passavam pelo processo de reciclagem, ou seja, uma série de procedimentos, como higienização, separação, moagem, micronização e extrusão. Os resíduos foram transformados em nova matéria-prima chamada pellet que, por sua vez, podia ser vendida e utilizada para a produção de outros objetos como bancos, lixeiras, etc. Especialmente a

esponja é considerada material não reciclável ou de reciclagem específica, não se enquadrando como item coletado pelas cooperativas de catadores. De todo modo, foi facultado às tais cooperativas a retirada de esponjas descartadas, caso fizessem a reciclagem pela logística reversa.

Nas Seção Judiciária de São Paulo houve êxito desta ação pela expressiva participação dos servidores na coleta dos itens. No Tribunal houve o recolhimento de quase quatro quilos de esponjas, contabilizados dados do mês de setembro/2024 até o início de janeiro de 2025 e em São Paulo foram dois quilos aproximadamente - 213 esponjas. A ação foi feita por meio de adesão gratuita ao programa de reciclagem divulgado pela empresa Terracycle.

- Outros ODS relacionados: 12 e 13.

Utilização do ECOPO pelo público externo e interno do Tribunal

O projeto para o uso de copos modelo "ecopo", substituindo os copos descartáveis de plástico, foi implementado desde 2022. O "ECOCOPO" é 100% ecológico e mais barato do que copos de plástico. É impermeabilizado internamente com polietileno degradável, utiliza mesma tecnologia de sacolas degradáveis. Assim caso o destino do copo seja o aterro sanitário, o plástico do revestimento se degrada em até 18 meses sem prejudicar o meio ambiente. A tecnologia é segura para contato com alimento e é aprovada pela ANVISA. Além disso, o papel utilizado na fabricação do ECOPO é proveniente de madeiras de reflorestamento e produzido com 100% de fibras virgens e certificado pelo ISEGA. São copos em tamanho único de 85 ml, viável para a estabilidade do item ao ser manuseado, tamanho que também propicia a redução do desperdício de água. Não é recomendado para líquidos quentes.

- Outros ODS relacionados: 6 e 13.

Reciclagem de cápsulas de café

Após levantamento feito pela unidade de sustentabilidade do Tribunal, constatou-se que diversos setores do Tribunal possuem máquinas de cápsulas de café de diversas marcas. Na maioria das unidades tais cápsulas eram descartadas no lixo comum, em razão da dificuldade de separação dos materiais orgânicos dos recicláveis. Isso torna as cápsulas itens inservíveis para fins de reciclagem. Para correto recolhimento dos itens foram colocados pontos de coleta de recolhimento de cápsulas

de café em dois andares do prédio.

- Outros ODS relacionados: 11 e 13.

Boas Práticas de Gestão de Resíduos para a Justiça Federal da 3.^a Região

Foi realizada capacitação do corpo funcional do Tribunal e dos fóruns federais de Mato Grosso do Sul e de São Paulo, na modalidade à distância. O conteúdo programático abordou a adoção de boas práticas na gestão de resíduos sólidos, para a implementação de padrões sustentáveis de consumo e produção, os quais refletem diretos na redução de impactos ambientais e climáticos.

- ODS relacionado: 12 e 13

Rodas de conversa – Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Foram realizadas rodas de conversa, nos dias 10, 12 e 16 de junho de 2025, direcionadas aos funcionários terceirizados da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul. As atividades tiveram como objetivo promover o diálogo, a sensibilização e o alinhamento interno sobre o gerenciamento de resíduos sólidos, abordando fontes de geração, segregação, hierarquia do manejo e boas práticas aplicáveis à realidade das unidades da SJMS. As rodas de conversa foram conduzidas por servidor lotado na SJMS e integraram conjunto contínuo de ações educativas voltadas ao fortalecimento da gestão ambiental institucional, dentro das ações em comemoração ao “Dia Mundial do Meio Ambiente”.

- Outros ODS relacionados: 4, 11, 13 e 16.

Plano de Logística Sustentável - PLS

O Plano de Logística Sustentável - PLS constitui instrumento de gestão administrativa que estabelece indicadores, metas e objetivos voltados à racionalização do uso de recursos materiais e humanos no âmbito institucional, permitindo a mensuração de custos e subsidiando a adoção de práticas administrativas mais eficientes e sustentáveis. O PLS contribui para o aprimoramento da gestão pública, promovendo o uso responsável de recursos, a redução de impactos ambientais e o fortalecimento da transparência e da eficiência na administração pública.

- Outros ODS relacionados: 9, 11, 13 e 16.

Automatização do Plano de Gerenciamento de Resíduos

Projeto destinado à automatização do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Justiça Federal em São Paulo, com o objetivo de padronizar procedimentos de gestão e assegurar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados pelas unidades, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 e diretrizes institucionais. O plano constitui instrumento de gestão que realiza diagnóstico do gerenciamento de resíduos e estabelece ações, metas e indicadores para adequação contínua das práticas institucionais às normas vigentes, garantindo a correta destinação dos materiais descartados e promovendo melhoria contínua na gestão ambiental institucional.

- Outros ODS relacionados: 9, 11, 13 e 16.

Divulgação de comunidade da Justiça Federal na plataforma Engage, para promoção de gestão ambiental e acessibilidade

Realizada a divulgação de comunidade na plataforma Engage com o objetivo de disseminar boas práticas, campanhas e conteúdos educativos relacionados à gestão ambiental e à acessibilidade, promovendo o engajamento do público interno e incentivando a adoção de práticas sustentáveis e inclusivas no ambiente institucional.

- Outros ODS relacionados: 11 e 16.

Divulgação do “Guia Prático para um Futuro Sustentável” e do “Canal de Sustentabilidade” na Plataforma Engage

Ação institucional voltada à divulgação do “Guia Prático para um Futuro Sustentável” e à utilização do canal temático de sustentabilidade na plataforma Engage, com o objetivo de disseminar informações, boas práticas e campanhas relacionadas à sustentabilidade e acessibilidade, promovendo o engajamento do público interno em ações voltadas ao consumo consciente, à preservação ambiental e à responsabilidade socioambiental no ambiente institucional. A iniciativa

também busca ampliar a comunicação interna e incentivar a participação dos servidores por meio da interação e compartilhamento de conteúdos educativos e campanhas ambientais.

- Outros ODS relacionados: 4, 11, 13 e 16.

Revisão anual do Plano de Ações sobre Sustentabilidade

A revisão do Plano de Ações sobre Sustentabilidade da Justiça Federal da 3.^a Região é realizada anualmente com o objetivo de aperfeiçoar continuamente a gestão socioambiental e os processos de trabalho, bem como aprimorar o planejamento institucional para o cumprimento de metas, prazos e indicadores previstos no Plano de Logística Sustentável e demais normativos do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho da Justiça Federal, fortalecendo a eficiência administrativa e a responsabilidade socioambiental institucional.

- Outros ODS relacionados: 11, 13 e 16.



ODS 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos

Inventário de Emissões de Gases do Efeito Estufa

A Resolução n.º 594/2024 do Conselho Nacional de Justiça instituiu o Programa "Justiça Carbono Zero" que objetiva alcançar a neutralidade das emissões de carbono em todo o poder judiciário até 2030. Para alcançar este objetivo, a realização de estudos, como o inventário de emissões de gases do efeito estufa, é de suma importância e é uma das diretrizes da referida Resolução.

O inventário consiste na quantificação das emissões de GEE de uma organização a partir da coleta de dados em três escopos:

- escopo 1 são emissões provenientes de atividades internas do Tribunal, como por exemplo as emissões advindas de geradores elétricos, ar condicionados, veículos pertencentes à frota

do Tribunal dentre outros;

- escopo 2 são emissões provenientes do consumo de energia elétrica;
- escopo 3 são emissões advindas de atividades externas ao Tribunal, como por exemplo as emissões provenientes dos meios de transporte utilizados pelas pessoas que compõem o quadro funcional do Tribunal no deslocamento casa-trabalho e vice versa.

O Tribunal realizou a contratação de empresa para a elaboração do inventário de emissões de GEE referente aos anos de 2023 e 2024, utilizando-se a metodologia GHG Protocol. No inventário houve o registro das emissões de GEE dos escopos 1, 2 e 3, sendo o escopo 3 o responsável pela maior emissão de GEE em razão do deslocamento casa-trabalho do público interno do Tribunal. Algumas ações já foram executadas, como por exemplo a substituição de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED, a redução da geração de resíduos sólidos, a redução de consumo de bens, a racionalização do tempo de uso de equipamentos como ar-condicionado e microcomputadores, entre outras soluções.

O Inventário de emissões de GEE dos fóruns federais do Estado de São Paulo, relativo ao ano de 2024, foi realizado utilizando-se também a metodologia GHG Protocol. Os resultados apontaram que as principais fontes de emissão foram provenientes do consumo de energia elétrica e do consumo de combustíveis advindas da frota veicular da SJSP.

Os estudos estão publicados na internet do Tribunal: <https://www.jfsp.jus.br/gestao-socioambiental-e-acessibilidade/programa-justica-carbono-zero>

O inventário de emissões de gases GEE da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul foi finalizado em junho de 2025. Foi iniciado em dezembro de 2025, como parte das ações do plano de descarbonização, o projeto piloto para a implementação de uma das ações de compensação das emissões de gases da SJMS: minicurso de capacitação em “Manejo de Resíduos Sólidos” ofertado aos terceirizados da Subseção Judiciária de Dourados.

- Outros ODS relacionados: 7, 9 e 12.

Campanha “Destine a prestação pecuniária para reflorestar o futuro”

Desenvolvida a partir de recomendação realizada pela Corregedoria Regional da 3.^a Região às unidades judiciárias, como parte das ações do Plano de Descarbonização do Tribunal, a primeira ação ocorreu a partir de determinação para transferência da conta vinculada ao juízo da 1.^a Vara Criminal, do Júri e das Execuções Penais às Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e Fundação Estadual Florestal, de

Justiça Federal da 3.^a

Região Relatório de Comunicação de

valores que totalizaram R\$ 300.000,00. Todos os recursos serão utilizados para implementação de projetos de reflorestamento em áreas sob gestão da Fundação Florestal e das Secretarias, com respectiva prestação de contas à CPAI-3R.

- Outros ODS relacionados: 9, 11, 14 e 16.

Rede de Sustentabilidade do Poder Judiciário

Participação do Tribunal na rede de sustentabilidade do Poder Judiciário, instituída pela Portaria CNJ n.º 134/ 2025

O Tribunal indicou os participantes para composição da rede de sustentabilidade e, em 14/11/2025, participou da “2.ª Conferência Internacional de Sustentabilidade no Poder Judiciário” que foi realizada em Belém, no Estado do Pará, e que reuniu membros e servidores do Poder Judiciário e sociedade civil, para tratar do tema sustentabilidade.

Outros ODS relacionados: 9, 11, 14 e 16.

Projeto – O Clima em Nossas Mãos

Projeto desenvolvido pela Seção Judiciária de São Paulo com o objetivo de promover a conscientização sobre mudanças climáticas e incentivar práticas sustentáveis. A iniciativa incluiu ampla divulgação do livro “Guia Prático para um Futuro Sustentável”, criação de mascote para fortalecimento da campanha e realização de três encontros — dois virtuais e um híbrido — incorporados à programação oficial do Mês do Meio Ambiente, ampliando o alcance das ações de educação ambiental e sensibilização institucional.

- Outros ODS relacionado: 4, 11, 12 e 16.

Webinário – “Mudanças Climáticas: entendendo o problema e discutindo como nos adaptar a essas mudanças”

Em 17 de setembro de 2024 o Tribunal realizou a palestra “Mudanças Climáticas: entendendo o problema e discutindo como nos adaptar a essas mudanças”, na modalidade

presencial, ao público interno. Feita em parceria com a Universidade de São Paulo - USP, ministrada pelo Professor titular da USP, Marcos Buckeridge, contou com 45 participantes de forma presencial e outros 230 de forma remota, o que permitiu a disseminação e ampliação do tema.

A palestra foi uma aula a todos e todas sobre o que é clima e sua importância e sobre como o clima vem sendo alterado pelas atividades humanas, mas sem deixar de mostrar como outros seres vivos também afetam o planeta. Além disso, foram abordados os temas aumento populacional e tecnologias já existentes para adaptações ao meio, os quais devem ser levados em consideração juntamente com as questões sociopolíticas esperadas para este meio de século, para que se analisem os possíveis caminhos ao futuro da sociedade.

- Outros ODS relacionados: 4 e 11.

Webinário – “Mudanças Climáticas no Brasil: Crise Hídrica, Eventos Extremos e o Avanço da Desertificação”

Webinário realizado em 11/12/2024, na modalidade telepresencial, por meio da plataforma Teams, com transmissão ao vivo pelo YouTube, ministrado de forma gratuita pelo Professor Doutor Márcio Cataldi, da Universidade Federal Fluminense. A ação integrou o conjunto de iniciativas de sensibilização socioambiental previstas no planejamento institucional e alinhadas à Resolução CNJ n.º 400/2021, com o objetivo de promover a conscientização do público interno acerca dos impactos das mudanças climáticas no Brasil, incluindo crise hídrica, eventos extremos e processos de desertificação.

- Outros ODS relacionados: 4, 6, 11, 15 e 16.

Curso “Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa”

Contratação de vagas para participação de servidores em curso realizado na modalidade telepresencial (on-line ao vivo), destinado à capacitação técnica para elaboração de inventários de emissões de gases de efeito estufa, conforme metodologia GHG Protocol desenvolvida pela Fundação Getúlio Vargas. A ação visa qualificar servidores cujas atribuições se relacionam à gestão socioambiental, permitindo o mapeamento, quantificação e registro das emissões institucionais, bem como subsidiar a elaboração de relatórios técnicos e eventual contratação e acompanhamento

Justiça Federal da 3.ª

de serviços especializados, em conformidade com as diretrizes de sustentabilidade previstas nas Resoluções CNJ n.º 400/2021, n.º 550/2024 e n.º 594/2024 e na Resolução CJF n.º 709/2021.

- Outros ODS relacionados: 4, 9, 12 e 16.

Webinário – “Impactos Ambientais das Mudanças Climáticas”

Webinário realizado em 18/6/2025, na modalidade on-line, por meio da plataforma Microsoft Teams, ministrado de forma gratuita pelo Professor Doutor Fábio Souto de Almeida, docente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. A atividade integrou a programação das comemorações do “Dia Mundial do Meio Ambiente”, planejada em conjunto pelas unidades de sustentabilidade do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, da Seção Judiciária do Mato Grosso do Sul e pela Comissão Permanente de Gestão Socioambiental da Justiça Federal da 3.ª Região, com o objetivo de promover a disseminação de conhecimento científico e a sensibilização institucional sobre os impactos ambientais das mudanças climáticas.

<https://www.youtube.com/watch?v=3J21GFBSls4>

- Outros ODS relacionados: 4, 11 e 16.

Webinário – “Introdução ao Mercado de Carbono”

Webinário promovido pela Justiça Federal em 4/12/2025, das 16h às 17h30, realizado em formato on-line pela plataforma Teams, como parte das ações de capacitação do projeto Carbono Zero. O evento teve como objetivo conscientizar e capacitar servidores sobre o funcionamento do mercado de carbono e sua relevância para estratégias institucionais de redução e compensação de emissões de gases de efeito estufa, contribuindo para o fortalecimento das políticas ambientais e de sustentabilidade no âmbito institucional.

- Outros ODS relacionados: 4, 9, 12 e 16.

Pacto Nacional do Poder Judiciário pela Sustentabilidade

O Tribunal aderiu ao Acordo de Cooperação Técnica CNJ n.º 001/2025, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça, o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça e o Conselho da Justiça Federal, para o desenvolvimento de ações de proteção ao meio ambiente, promoção do bem-estar social e boa governança, pautadas na ética, na transparência e na responsabilidade social, em conformidade com o disposto no art. 225 da Constituição Federal de 1988. Seguindo-se as premissas desse pacto, diversas ações foram executadas e compõem plano de trabalho do Tribunal. São: substituição de lâmpadas fluorescentes por LED, substituição de descargas, uso de torneiras automáticas, orientação do corpo funcional da Secretaria da Segurança para realizar o abastecimento da frota com etanol preferencialmente, desenvolver campanha de incentivo ao uso de bicicletas, pesquisa de diagnóstico com as áreas da administração sobre as providências que são adotadas para inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações, realizar campanha de coleta seletiva e destinação de resíduos específicos (eletrônicos, pilhas, baterias, cápsulas de café, esponjas) e compensação de emissões com destinação de parte dos recursos provenientes de prestação pecuniária para projetos de ONG, cooperativas agrícolas e órgãos ambientais para reflorestamento.

- Outros ODS relacionados: 9, 11, 14 e 16.



ODS 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda da biodiversidade.

Palestra “O Plantador de Árvores”

"O plantador de árvores" é o título da palestra que foi ministrada pelo senhor Hélio da

Silva, idealizador de um parque linear no município de São Paulo/SP. Ocorreu na modalidade presencial e foi direcionada ao público interno do Tribunal, no ano de 2024. O palestrante discorreu sobre o histórico da criação do primeiro parque linear de São Paulo, parque linear Tiquatira, na região leste do município. A iniciativa tem sido amplamente divulgada na imprensa em geral, sobre o plantio de árvores em área totalmente degradada, sendo trabalho voluntário e que acabou por gerar o referido parque, revitalizando e reflorestando espaço que antes não contava com vegetação alguma.

Ao final da palestra os participantes puderam esclarecer dúvidas sobre a revitalização de áreas urbanas degradadas e sem uso por meio do plantio de árvores, de ações individuais que o cidadão pode ter na região ou no bairro em que reside e sobre a importância das áreas verdes ao clima, entre outras orientações dadas pelo palestrante. Houve a distribuição de mudas de árvores prontas ao plantio.

Em 2025, a palestra foi proferida novamente, desta vez em formato híbrido (presencial e on-line).

- Outros ODS relacionados: 4, 11 e 13.



ODS 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples

Campanha divulgada em 2024 para adoção de ações, iniciativas e projetos para o uso da linguagem simples, direta e compreensível a todos os cidadãos, tanto nas decisões judiciais quanto na comunicação geral com a sociedade. São compromissos do Pacto Nacional: eliminar termos excessivamente formais e dispensáveis à compreensão do conteúdo a ser transmitido; adotar linguagem direta e concisa nos documentos, comunicados públicos, despachos, decisões, sentenças, votos e acórdãos; explicar, sempre que possível, o impacto da decisão ou julgamento na vida do cidadão; utilizar versão resumida dos votos nas sessões de julgamento, sem prejuízo da versão

Justiça Federal da 3.ª

ampliada nos processos judiciais; utilizar linguagem acessível à pessoa com deficiência (Libras, audiodescrição e outras) e respeitosa à dignidade de toda a sociedade.

Foi também divulgado o Guia de linguagem simples do Conselho da Justiça Federal
- Outros ODS relacionados: 10.

Pontos de Inclusão Digital do Poder Judiciários

Foram instalados em julho de 2024. São os quatro primeiros “Pontos de Inclusão Digital” – PIDs, do Estado de São Paulo, nos municípios de Bom Sucesso de Itararé, Barrado Turvo, Anhembi e Campos Novos Paulista. Permitem a participação em audiências telepresenciais, acesso aos balcões de atendimento virtuais, consultas processuais, emissão de certidões e outros serviços judiciais e administrativos. Foram implementados por meio de parceria entre o Tribunal de Justiça de São Paulo - TJSP, o Tribunal Regional do Trabalho da 15.^a Região - TRT-15, o Tribunal Regional Federal da 3.^a Região - TRF3 e o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo - TRE-SP. O acordo está fundamentado na Resolução n.º 508/2023 do Conselho Nacional de Justiça, com vigência de 60 meses, podendo ser prorrogado.

- Outros ODS relacionados: 10.

Postos de atendimento à pessoa com deficiência auditiva

No ano de 2025 concluiu-se a instalação de pontos de atendimento nos fóruns federais do Estado de São Paulo para a pessoa com deficiência auditiva. Tal atendimento já existe no Tribunal desde o ano de 2023.

A ação foi possível por meio de acordo de cooperação assinado com a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SEDPCD, visando a inclusão de posto de atendimento presencial da central de intermediação em libras - PAPCIL nas Subseções Judiciárias do interior, litoral, e Grande São Paulo.

- Outros ODS relacionados: 10.

V – CONCLUSÃO

A Justiça Federal desta 3.^a Região tem trabalhado incessante para prover a melhor prestação jurisdicional possível para a população brasileira.

Este Tribunal e os fóruns federais dos Estados de Mato Grosso do Sul e de São Paulo estão cumprindo, de modo prático e efetivo, os objetivos de desenvolvimento sustentáveis. Os processos de trabalhos têm seguido os dez princípios universais do Pacto Global da ONU nos temas direitos humanos, trabalho, preservação do meio ambiente e ação anticorrupção.

Os juizados itinerantes, os “caminhos do acordo” e as ações do PopRuaJud – registrados neste COE -, demonstram que é tempo de executar aquilo que aprendemos na teoria. A partir de ações como estas surgem novos conhecimentos e novas informações que conduzem equipes de magistrados(as), servidores(as) e demais colaboradores(as) a descobrirem novas soluções para os problemas enfrentados dia a dia. É assim que surgem projetos e parcerias com demais instituições públicas que inovam ou atualizam o trabalho. O movimento ou o “fazer” devem ser buscados sempre para que a prestação jurisdicional aconteça como medida de justiça social.

No período relatado neste documento verificou-se que a integração de ações de órgãos públicos e demais colaboradores racionalizou o uso de recursos humanos e materiais disponíveis além de ter potencializado os resultados obtidos de modo que o interesse público foi atingido de forma mais eficiente, rápida e duradoura.

Por outro lado, ações descritas como sensibilização, capacitação ou treinamento de servidores e magistrados, eventos para a promoção da saúde e qualidade de vida e que também observam os dez princípios universais nas áreas de direitos continuam a render bons frutos, agregando valor à atividade final da 3.^a Região.

A ampliação dos serviços judiciários é um desafio quando estamos em tempo de novos direitos e novas aspirações próprias do mundo globalizado. Ciência e tecnologia juntas ao atendimento pessoal para alcançar aqueles e aquelas que ainda não têm pleno acesso ao Judiciário.

Continuamos neste caminho para melhores resultados, cada vez mais.

Espero que os registros neste COE sejam claros, acessíveis, e que possam demonstrar o elevado espírito público que esta Justiça Federal da 3.^a Região tem o orgulho de defender.

Agradeço sinceramente a todos e todas que com empenho, dedicação, eficiência e cuidado ao ofício que desenvolvem, fizeram o melhor trabalho nos exercícios de 2024 e 2025.

Desembargador Federal Carlos Muta
Presidente do Tribunal Regional Federal da 3.^a Região

relatório produzido por
Assessoria de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica ADEG